



A linguagem como lugar epistemológico: contribuições para o estudo do jornalismo

Felipe Moura de Oliveira¹

Resumo: No esteio da Teoria Geral dos Signos e da semiótica da cultura, defende-se que na linguagem reside a principal função da atividade jornalística: uma mediação qualificada entre os acontecimentos e a sociedade, fruto da formação como campo profissional e acadêmico. Este artigo, pois, propõe a linguagem como lugar epistemológico promissor para o estudo do jornalismo, sustentando a reflexão na contribuição do campo para a produção de conhecimento sobre o mundo; limites e possibilidades em meio a esfera pública contemporânea. E advoga, por fim, a necessidade de um debate profícuo sobre a pertinência do campo ante às demais ciências.

Palavras-chave: Jornalismo; Linguagem; Epistemologia.

1. Introdução

O ambicioso projeto filosófico de Charles Sanders Peirce, antes de qualquer relação específica com determinada ciência, propunha a compreensão dos fundamentos pelos quais o conhecimento é possível. Fruto dessa premissa, convencionou tratar a semiótica como a “ciência das ciências” (OEHLER, 1987, p. 3).

Para além da pretensão, Peirce faz um movimento no sentido de avançar da filosofia idealista de Kant a um pragmatismo capaz de explicar como o conhecimento se estabelece e avança. A percepção da mente humana sobre o mundo se sobrepõe à abstração – ainda que, paradoxalmente, seja pela abstração, em Peirce, que a mente humana é capaz de alcançar a realidade. A concepção de mente é o que muda em relação aos idealistas na construção de uma epistemologia semiótica.

O pensamento só é possível em signos, que emergem de um processo eminentemente fenomenológico de afetação da mente. Uma expressão desse movimento é o fa-

¹Jornalista, doutor em Ciências da Comunicação (Unisinos) e professor do Departamento de Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), PR, Brasil. felipecomunica@gmail.com.

moso artigo *How to make our ideas clear*, escrito junto a uma série, entre 1877 e 1878, no qual é debatida a possibilidade de uma pragmática da representação das ideias (OEHLER, 1987).

Na relação com o jornalismo, um pressuposto se impõe. Compreende-se que é na linguagem que reside a materialidade da atividade jornalística, sobretudo no que se defende ser sua principal função: ocupar um lugar de mediação na esfera pública, como campo capaz de produzir certo tipo de conhecimento específico (MEDITISCH, 1998), entre a realidade caótica dos acontecimentos e a sociedade.

O conceito de *esfera pública* é proposto, em Habermas (2003), pelo que tem de relação com Peirce. Quando Oehler (1987) retoma o percurso histórico do pensamento peirceano, aponta sua preocupação teleológica com o *consenso* como conceito capaz de elevá-lo a uma dimensão pragmática; da síntese transcendental kantiana à síntese semiótica da interpretação.

Se Habermas empreende esforços por um pragmatismo universal, que investiga os pressupostos gerais da comunicação, transitando do processo comunicativo representativo ao estágio sócio-cultural da ação do homem na esfera pública pelo ato de fala, a Peirce interessava uma espécie de “pragmática-social” por meio da qual seria possível compreender o processo comunicacional – e, especialmente, suas condições. O fim teleológico de Habermas é o bem-comum; o de Peirce, a *opinião final*.

Em Habermas, a ação comunicativa na direção do bem-comum estaria balizada em quatro premissas: *compreensibilidade* na expressão; *verdade* na mensagem; *veracidade* na enunciação; *exatidão* no discurso. Em Peirce, a opinião final, que levaria ao consenso, é calcada na escolha, pelo método adequado, dos signos mais precisos para representar sentidos contidos nos objetos da ordem da realidade.

Vislumbra-se que num ambiente de redes digitais, em que a esfera pública é composta por processos de interpretação do mundo amplamente difusos, o jornalismo poderia ser o agente dotado, pelas características específicas que o compõem como campo, tanto das premissas habermasianas quanto do método adequado (em termos peirceanos); ressalvado o caráter teleológico de ambas as perspectivas.

Resta na concepção de esfera pública em Habermas, contudo, dizem seus críticos, ecos da filosofia idealista. Como fazer, então, o conceito funcionar para a compre-

ensão de fenômenos jornalísticos? A própria leitura de Peirce contribui para uma tentativa de resposta. As premissas habermasianas não poderiam ser pensadas sem uma relação lógica; têm um problema de origem: a intersubjetividade dos sentidos entre dois sujeitos interlocutores seria marginalizada, avalia Oehler (1987).

E é uma relação lógica – e triádica – que a semiótica oferece como alternativa. Eco (1976, p. 317) dá a sua contribuição ao defender que:

[...] a semiótica é designada a reconhecer estes sujeitos apenas enquanto eles se manifestam através de funções sígnicas, desempenhando funções sígnicas, criticando outras funções sígnicas, e reestruturando as funções sígnicas preexistentes. Aceitando esses limites, a semiótica evita totalmente qualquer risco de idealismo.

Recorre-se à semiótica não como mera ferramenta metodológica. O esforço é o de lançar um olhar sobre problemas inerentes ao jornalismo do ponto de vista da semiótica como lugar epistemológico. Portanto, trata-se também de um escopo metodológico, sim, mas para a compreensão de problemas construídos neste lugar.

2. Estudo do jornalismo

O jornalismo é pensado como um sistema de produção de sentido com regras próprias para representar os acontecimentos na forma da notícia. Daí introduz-se o conceito de *semiose*, em Peirce (2002). O processo noticioso, como semiose, expressa-se pelo esquema lógico que tem *objeto/acontecimento – mente interpretante/jornalismo – signo/notícia: a semiose da notícia* (OLIVEIRA, 2016).

Com Lotman (1996), uma breve digressão: a *semiosfera* é o espaço de confluência da semiose; dos processos que produzem sentido. É composta por uma materialidade chamada de *textos da cultura*. Nela, sistemas abertos interagem, compartilham códigos e significam a realidade em signos (OLIVEIRA; HENN, 2014). É o espaço em que o jornalismo atuou historicamente com protagonismo – embora em interação constante.

Tendo o acontecimento no lugar lógico de objeto semiótico, na semiose da notícia, a caracterização das categorias de objeto, em Peirce, com a contribuição de Colapietro (1993), é determinante. Os objetos têm naturezas distintas: *imediate* e *dinâmico*. Ao

objeto imediato associa-se o sentido que o signo que o representa produz; ao dinâmico, um sentido que está nele antes do signo, independe dele e por ele pode, dependendo do interpretante, ser mais ou menos aferido.

Quando eu olho para o fogão a gás, aceso, dependendo do contexto de sentido que eu aciono, produzo um signo que pode representá-lo como um objeto que posso tocar; seria frio: é o objeto imediato que represento. Ao tocá-lo, queimo a mão, como se o objeto dinâmico desmentisse o meu signo inicial e, assim, os objetos não fossem completamente mudos (COLAPIETRO, 1993, p. 152; 2004).

A objetos que têm origens mais abstratas, é natural que essa explicação pragmática não se aplique tão perfeitamente. É preciso, então, ressaltar que os objetos não necessariamente têm uma concreticidade física. Ideias, valores, também são objetos representados por signos que geram interpretantes, e outros signos, sucessivamente, constituindo, em última instância, grandes planos ideológicos.

Experiência colateral, na semiótica peirceana, é a reação a que qualquer mente interpretante de um objeto é submetida no ato da significação, acionando determinado contexto de sentido para produzir signos que o representam. Peirce (2002) a define como a intimidade prévia que esta mente tem com aquilo que o signo denota. Ou seja, a proximidade com os objetos representados. E alerta: não se confunde com a familiaridade com o sistema de signos que possibilita a significação, na medida em que esta é pré-requisito para qualquer ideia significada; não é colateral, é central.

Cada mente que atua na condição de interpretante tem a sua experiência colateral, o que confere particularidade às semioses que se desencadeiam em cada mente específica, mas não sem referências coletivas. Colapietro (1989) argumenta que todos os processos de significação humana no mundo, que têm caráter absolutamente subjetivo, são, ao mesmo tempo, coletivos, na medida em que é pelo compartilhamento de sentidos que a realidade é interpretada. Esse compartilhamento repetido é fruto do que Peirce chama de interpretante energético – “ação decorrente da resposta para a nossa interpretação de um signo” (COLAPIETRO, 1989, p. 35)².

² Livre tradução do original, em língua inglesa.

Ao cristalizar-se um tipo de reação à semiose disparada pelo fenômeno da ordem da realidade, pela experiência colateral, tem-se *hábitos de interpretação*, que, em última instância, determinam classes de interpretantes diante dos fenômenos.

Quando o jornalismo está no lugar lógico do interpretante, a rápida necessidade de contextualização do acontecimento/objeto para sua representação no signo/notícia aciona hábitos que produzem um interpretante energético que impõe o enquadramento desse acontecimento num esquema restritivo da sua complexidade.

Para Henn (2014), esse fenômeno é compreensível pela cultura profissional e as exigências do mercado, ambas com referências diretamente ligadas ao tempo e a velocidade: “[...] é necessária uma decifração rápida do acontecimento e gerar planos muito eficazes de cobertura no menor tempo possível. Essa pré-semiotização é funcional na engrenagem do sistema, mas também altamente restritiva”.

O *acontecimento* é conceito-chave. É o que dispara a semiose da notícia. E uma tentativa de caracterizá-lo recorre à Adriano Rodrigues (1993, p. 27) e sua clássica definição: “É acontecimento tudo aquilo que irrompe na superfície lisa da história de entre uma multiplicidade aleatória de fatos virtuais”. Na relação com as teorias mobilizadas, estaríamos diante do elemento propulsor da construção social da realidade; da significação do mundo: uma singularidade formada por um conjunto de condições iniciais que a possibilitam (HENN, 2010). A partir da afetação sobre os sujeitos por acontecimentos das mais variadas ordens, sentidos são produzidos.

É notório o caráter triádico da semiótica de Peirce. Os fenômenos afetam qualquer consciência a partir de três categorias durante a semiose: *primeiridade*, que é ainda apenas qualidade – um aroma não associado a nenhuma outra elaboração de sentido, numa tentativa de exemplificá-la; *secundidade*, que é quando o fenômeno, ainda na sua singularidade, já é relacionado a modos de operação de sentido; e a *terceiridade*, que é quando o pensamento é efetivamente processado e o fenômeno representado por signos.

Quando o ser humano tem acesso ao fenômeno já é terceiro. Isso representaria a impossibilidade de um acontecimento em “estado puro”, acessado na sua radicalidade e singularidade? Não exatamente. As categorias fenomenológicas de Peirce costumavam

ser abordadas por ele também como “timbres”³. Seria possível à mente humana acessar os fenômenos por signos que tenham predominância de uma ou de outra, mas sempre com uma atuando sobre a outra. A linguagem verbalizada é a mais restritiva. Já uma obra de arte estaria, no momento da fruição estética, mais perto da primeiridade, numa aproximação com o que Deleuze (1998) compreende como “acontecimento ideal”.

Se impõe ainda um último movimento de contextualização acerca do pensamento peirceano: as categorias de signo em relação a si mesmo⁴. Também são três: *quali-signo*, do âmbito da primeiridade e que representa o objeto por ícones; o *sin-signo*, mais ligado à secundidade e que está conectado ao objeto por índices; e o *legi-signo*, que representa objetos por convenção, por meio de símbolos.

O jornalismo age, nesse desenho lógico, na condição de interpretante do acontecimento, que na semiótica assume o lugar do objeto; produz um signo que o representa, na forma da notícia, e o faz circular na semiosfera, quando esse signo interage com outros: aqueles que desencadeia sobre um leitor de jornal, por exemplo. E assim sucessivamente, já que a semiose é infinita e incontrolável (PEIRCE, 2002).

Ao versar sobre o acontecimento jornalístico, Henn (2010, p. 88) avalia que ele “tem uma conexão indicial com o objeto que atua fora do signo, apresenta forte expressividade de apelo icônico, mas está fortemente amarrado a convenções histórica e culturalmente instituídas” – é, assim, da categoria dos *legi-signos*.

Aquele momento inicial a que se refere Rodrigues (1993), do acontecimento que irrompe na superfície da história, estaria próximo da primeiridade. Louis Quéré (2005, p. 61-62) é evocado para uma relação com a secundidade, quando ensina que é necessário que “que ele se manifeste na sua descontinuidade e que tenha sido identificado de acordo com uma certa descrição e em função de um contexto de sentido, para que se lhe possa associar um passado e um futuro [...]”.

Pela lógica de significação do acontecimento, é na terceiridade que a semiose da notícia se concretizaria. Charaudeau (2006, p. 131-132) vai defender que o “aconteci-

³ Santaella (2001b) explicita essa compreensão das categorias como timbres ao pensar nas porosidades que caracterizam os fenômenos da linguagem sonora, visual e discursiva, que se hibridizam no interior delas mesmas e entre elas.

⁴ Peirce põe o signo em relações triádicas também tricotomicamente: o signo em relação a si mesmo – que é sobre a qual está se discorrendo; o signo em relação ao objeto (ícone, índice e símbolo); e o signo em relação ao interpretante (rema, dicissigno e argumento).

mento só significa enquanto acontecimento em um discurso. O acontecimento significado nasce num processo *acontecimental*⁵ que se constrói ao término de uma mimese tripla. E daí que nasce o que se convencionou chamar de ‘a notícia’.

Em Quéré (2005), “acontecido” o acontecimento revela campos problemáticos pelo que definiu como *poder hermenêutico* que carrega. A profusão de sentidos que o acontecimento dispara, entretanto, é contida pelos enquadramentos que são dados pelos discursos aos quais são associados. No caso do jornalismo, essa contensão se dá pelas normas narrativas que ao longo da história o constituíram e que se configuram como legi-signos que incidem sobre a semiose da notícia. Há de se registrar, por outro lado, que não se dá apenas pelo ato consciente de aplicação das técnicas da linguagem jornalística ou, ainda, da observação simples dos princípios deontológicos da profissão. É também resultado de um processo social mais amplo, que envolve os compartilhamentos de sentidos entre sujeitos com vistas à significação do mundo.

A representação que o jornalismo faz do acontecimento atenderia a uma tentativa de chegar ao seu desvendamento completo, transmiti-lo tal qual é; o objeto representado por ele mesmo – num eco, inclusive, de teorias constitutivas já superadas, como a própria “Teoria do Espelho” e as discussões sobre o paradigma da objetividade.

Não seria ingenuidade, no entanto, considerar, teleologicamente, destaca-se, essa ação com vistas ao “interpretante final”, aquele capaz de aproximar-se do consenso pela “opinião final” – que, em Peirce, representaria o fim de uma semiose, a morte térmica da interpretação. Essa busca assumiria a condição de motor semiótico dos processos de sentido (HENN, 2010). Isso desde que se assumia, também, a função mediadora que o jornalismo exerce entre o acontecimento e a sociedade.

É um movimento que aciona o que Santaella (2008, p. 23) define como “caráter vicário do signo” ao argumentar que “ele age como uma espécie de procurador do objeto, [...] a operação do signo é realmente a operação do objeto *através e por meio do signo*” (grifos do autor). Assim, o signo tem uma função ontologicamente mediadora: nunca será completamente adequado ao objeto, não se confunde com ele e nem prescinde dele (SANTAELLA, 2008). Mais: há sempre aspectos do objeto que o signo não pode representar. *Sobras*. O signo é signo; não é o objeto, apenas o representa. “É exatamente

⁵ A tradução original utiliza a expressão *evenencial*.

porque o objeto não está no signo, mas é representado por ele, que partes não narradas ainda podem ser acessadas ao longo do tempo [...]” (HENN, 2014).

Contrario sensu à crítica que se pode aferir do que fora tratado como a contenção que as técnicas impõem aos sentidos que o acontecimento revela, é também por elas que o jornalismo se afirma como campo social legitimado para produzir signos que intentam representar seus objetos de modo que aquilo que é essencial deles esteja contido. Admitida a mediação, o jornalismo seria o campo a ocupar a condição de “conhecedor”, de que trata Oehler (1987), do método capaz de aferir sentidos dos acontecimentos; representá-lo de modo a dar a ver mais da sua complexidade no signo/notícia.

3. A semiose da notícia

O conceito de *semiose da notícia* é advindo de pesquisas anteriores sobre o jornalismo à luz da semiótica; processos pensados desde a pauta como etapa inicial do fluxo da notícia (HENN, 1996). Em Peirce, “semiose é uma ação envolvendo a cooperação de três sujeitos – um signo, seu objeto e seu interpretante” (COLAPIETRO, 1989, p. 70, grifo do autor). Na semiose da notícia: *objeto/acontecimento –mente interpretante/jornalismo – signo/notícia*.

Cumpra ressaltar, inequivocamente, que a noção de interpretante que o esquema expressa não denota sua ocupação por um sujeito concreto (o intérprete), nem faz relação à interpretação puramente do acontecimento. Daí o recurso à utilização de “jornalismo” e não “jornalista”, assim como “mente interpretante”. Santaella (2008, p. 63) contribui destacando que “O termo interpretante tem uma função técnica, que visa à precisão e rigor, não cumprindo aí a função de um mero sofisma verbal. Nessa medida, interpretante, interpretação e intérprete não são sinônimos [...]”.

Segundo Colapietro (1989), lendo Eco (1976), a concepção peirceana de semiose propõe uma estrutura triádica que não pode ser reduzida a uma série de ações entre pares. Os três sujeitos em Peirce (objeto, signo, interpretante) são entidades semióticas abstratas; não necessariamente sujeitos humanos. Quando o jornalismo está, portanto, na condição de interpretante, trata-se de lugar lógico e transitório na semiose da notícia.

Ao encontro da proposta de Henn (1996), a semiose da notícia é dissecada em investigação anterior (OLIVEIRA, 2012) quando ainda era baseada num percurso mais linear, não atravessado por semioses difusas e antagônicas que atualmente se concretizam nas redes sociais digitais. O exercício, por ora, é apoiado em pesquisa empreendida entre 2010 e 2011, que teve como ambiente as redações de dois jornais do Rio Grande do Sul. Num movimento etnográfico, observou-se as rotinas de produção da notícia de *Correio do Povo* e de *Zero Hora*: da pauta entregue ao repórter à publicação da notícia.

No que diz respeito ao tema, genericamente, interessava entender como os jornais representam movimentos sociais ortodoxos, de orientação marxista, que se opõem ao ideário dominante como objeto semiótico de signos/notícia. Isso porque o neoliberalismo representa seus valores como objeto de signos como a ordem, a livre concorrência de mercado, a propriedade privada e outros que se estabelecem como pilares do sistema, e os faz circular abundantemente na esfera pública.

Justamente pelo que tem de convenção, o legi-signo é capaz de representar objetos exclusivamente abstratos, sem materialidade concreta. Não representa o singular; mas sim o geral: “A palavra mulher, por exemplo, é um geral. O objeto que ela designa não é esta mulher, aquela mulher, ou a mulher do meu vizinho, mas toda e qualquer mulher”, detalha Santaella (1983, p. 14).

Não há como dissociar, portanto, a produção de sentido do ambiente semiótico em que o jornalismo está inserido. É nele que se processam as convenções que determinarão, afinal, os legi-signos a partir dos quais se produz a notícia. Neste ambiente, ainda, sistemas de produção de sentido, como o próprio jornalismo, e discursos que se valem de diferentes sistemas – a Igreja, o Estado, a Escola, como exemplos – para perpetuar os valores do ideário dominante.

É num ambiente semiótico marcado pelo consenso neoliberal que o jornalismo representa e gera interpretações sobre os movimentos sociais. É razoável supor que os signos/notícia sejam carregados de legi-signos cujas convenções lhes atribuam uma imagem de organizações arcaicas. E mais: a ação dos próprios movimentos se dá em reação a essa representação.

Os signos são condicionados pela forma de organização social em que os participantes se envolvem, mas também pelas condições imediatas

da sua produção. Estas [...] implicam a atenção à estrutura social de classes e às relações de poder e de dominação que lhe são inerentes. A vida dos signos nesta lógica é também um campo de confronto social e ideológico (CORREIA, 2011, p. 71).

É preciso, nesse contexto, entender o que há nos jornais, pensados, também, como parte deste ambiente semiótico e como sistema de produção de sentido específico, que acaba servindo ao consenso neoliberal. Se é admitido o confronto sobre o qual advoga Correia, a pergunta é: como se constituem e agem legi-signos nas redações? Chega-se, como tentativa de resposta, a quatro categorias que incidem na semiose da notícia: 1) do neoliberalismo como ambiente semiótico; 2) do jornalismo como sistema de produção de sentido; 3) dos jornais como empresas de comunicação; 4) dos jornalistas como operadores sógnicos (OLIVEIRA, 2012). E a incidência dessas categorias tem implicações de modelização.

Toda a linguagem, na verdade, do ponto de vista, agora, da semiótica da cultura, é um sistema modelizante. As codificações instituídas pela linguagem jornalística, cujas lógicas encontram-se tensionadas na contemporaneidade ante a outras, nas redes sociais digitais, são expressões dessa premissa.

A ideia de modelização tem ecos da cibernética. É um modelo que sugere a abstração como ferramenta capaz de reproduzir objetos artificialmente: da observação, passando pela apreensão do seu funcionamento, ao controle. É aquilo que na cibernética se expressa no conceito de *programa* (MACHADO, 2003) e que Lotman, Unspenskii e Ivanóv (1981) entendem como programa de comportamento que intervém na cultura como *programa invertido*: o programa olha para o futuro do ponto de vista de quem o elabora; a cultura, para o passado e do ponto de vista da realização do comportamento.

Na linguagem, esse processo se revela em semioses que se perpetuam e que produzem *códigos culturais*: “fontes de gestação da memória-hereditária [...] que se encarregam de formatar os sistemas semióticos da cultura” (MACHADO, 2003, p. 30). Como sistema modelizante, os enquadramentos que o jornalismo aplica sobre os objetos da realidade tendem a perpetuar, fenômeno que sugere a configuração de memórias coletivas como processos já previamente enquadrados na estruturação desses programas.

Uma ressalva importante. Os sistemas modelizantes só podem ser compreendidos numa relação dialógica com um ou mais sistemas. É por isso que refletir sobre o jornalismo demanda pensar as suas relações com os demais. Dessa interação saem os textos culturais sobre os quais o pesquisador pode dedicar atenção. Configuram-se como a materialidade da pesquisa.

As quatro categorias de *legi-signos* na semiose da notícia constituem-se como códigos culturais, hábitos de interpretação, e são o que determina o funcionamento do jornalismo como sistema modelizante. É com base nessa estrutura que profissionais de redação significam o mundo. O resultado é a classificação do texto cultural fruto da semiose da notícia na *função comunicativa* definida por Lotman (1978), a que menos revela novos sentidos; é redundante, na medida em que enquadra os acontecimentos, em detrimento da *função criadora*, a que possibilita arranjos novos de sentidos (mais complexos) e da *função mnemônica*, responsável pela memória que possibilita a significação dos acontecimentos pela linguagem.

4. Jornalismo como forma de conhecimento

Meditsch (1998) advoga a singularidade do jornalismo ante as demais disciplinas. Embora a avaliação seja a de que é mesmo uma discussão fundamental para o campo, a intenção não é fazê-la na sua dimensão ontológica. A reflexão que interessa mais é sobre a intervenção do jornalismo na construção social da realidade a partir da premissa de que, ao representar os acontecimentos na forma da notícia, dá a ver do mundo e produz, sim, certo tipo de conhecimento específico.

Srouf (1978, p. 31) fala de quatro premissas que suportam a produção de conhecimento:

- 1) o mundo existe independentemente do seu conhecimento, quer dizer, que se conheça ou não o mundo, isto não o impede de existir;
- 2) o mundo social e natural sofre determinações reais: a inter-relação de seus fenômenos e a lógica de sua estruturação interna produzem efeitos substanciais;
- 3) as determinações reais podem ser conhecidas, previstas e, numa certa medida, controladas, ou seja, podem ser apropriadas cognitivamente para uma possível intervenção;
- 4) o conhecimento

resulta de uma produção pois, de um lado, não há apropriação sem modificação do objeto apropriado – que existe de forma independente – e, de outro lado, não se trata de extrair o conhecimento como se estivesse escondido no real, uma vez que se assim fosse não se teria mais uma transformação, mas uma recuperação do que já estaria previamente constituído.

Representar o mundo é uma produção de conhecimento sobre ele. E a produção do conhecimento em si é uma prática que pode transformar semioticamente o mundo. As práticas, como as jornalísticas, implicam em geração de conhecimentos (signos em ação) que acabam por constituir o próprio mundo.

Mas o jornalismo seria um dos protagonistas da construção social desse conhecimento? Quando Berger e Luckmann (1983) concebem a realidade como produto da correlação de forças que se constitui na institucionalização das interações sociais, importa muito mais. Uma leitura dedicada de *A construção social da realidade. Tratado de Sociologia do Conhecimento*, inclusive, resulta em referência direta única à *mídia*... A primeira justificativa para cotejá-lo a essa perspectiva é sua própria essência: a construção de significados sobre os acontecimentos. Outra reside na legitimidade que firma na história como instituição, subsidiando decisões concretas da sociedade. Franciscato (2005, p. 167) diz que: “o jornalismo cumpre um papel social específico, não executado por outras instituições. [...] uma reconstrução discursiva do mundo com base em um sentido de fidelidade [...]”

Evocando Eco (1979, p. 195), a discussão reaproxima-se, epistemologicamente, da semiótica:

O sistema dos sistemas de códigos, que poderia parecer um mundo cultural irreal e idealista separado dos eventos concretos, leva os homens a agir sobre o mundo; e esta ação converte-se continuamente em novos signos, gerando novos sistemas semióticos. A noção peirceana de interpretante leva em conta não apenas a estrutura sincrônica de sistemas semióticos, mas também a desestruturação e reestruturação desses sistemas.

Admitir esses pressupostos, pois, conduz à necessidade de compreensão sobre quais são as lógicas que orientam o jornalismo como gênero discursivo específico (BENNETTI, 2008); dissecá-lo como sistema de produção de sentido. Isso se em perspectiva

está defendê-lo como campo que produz conhecimento efetivamente novo por uma atividade eminente de produção de signos que precisaria avançar da *função comunicativa*, em Lotman (1978), à *função criadora*.

5. Perspectivas

No momento em que as competências do jornalismo são questionadas com a emergência das redes sociais digitais, com implicações na formação acadêmica e na habilitação para o exercício da profissão, inclusive, torna-se vital nas duas instâncias o debate acerca de um lugar para a produção de conhecimento que o mantenha no desenho epistemológico das ciências.

A pretensão não é encerrar o debate em uma ou outra perspectiva. Pelo contrário, é estimulá-lo com a defesa de um ponto de vista a mais a partir do qual ele pode começar. Já se pode aferir, contudo, uma característica essencialmente semiótica na produção jornalística quando se considera a sua natureza representacional e a oferta de sentidos sobre o mundo a partir de um movimento de mediação. Assim, propõe-se estabelecer conexões entre teoria e prática, como sugere Christa Berger (2010), ao defender o diálogo entre o exercício do jornalismo e o conhecimento do campo, na expectativa de que contribua ao esclarecimento do mundo informando sobre a realidade.

A urgência do debate é potencializada pelo nível de esgotamento que atinge o modelo do *texto cego* de que fala Resende (2002). Em termos peirceanos, modelo que produziria um signo/notícia *degenerado* (ou não-signo). Santaella (2008, p. 71), em corolário, chama a atenção para o fato de que essas “denominações se justificam porque neles [signos dessa natureza] a semiose não se completa, não atingindo o estágio genuíno, ou seja, de processo ininterrupto, devir, infinitude, difusão e crescimento”.

Com as novas formas de circulação e produção de informação, a legitimidade do jornalismo tem de se dar em outro paradigma que não o da autoridade, facilmente desconstituído por movimentos de ressignificação que pululam nas redes sociais digitais. Independentemente do meio, se novo ou velho, o que carece é um olhar para dentro; uma reflexão sobre a essência dos jornais enquanto obra cultural (GROTH, 2011). E como tal, que finalidade têm. Reflexão que não é nova. Remonta à primeira metade do

Século 20: “Esta foi a contribuição pioneira que Groth forneceu [...]: um sistema de leis próprias, uma análise profunda da essência do periódico e com isso os fundamentos epistemológicos para a Ciência dos Jornais” (MEDITSCH; SPONHOLZ, 2011, p. 12).

Há de se fazer ainda um esforço de superação definitiva do momento em que os efeitos político-sociais e econômicos da imprensa, por si só, impunham-se como objeto: “Esses objetivos já são perseguidos por outras ciências [...] e para a ciência jornalística os resultados a serem obtidos só entram em cogitação secundariamente: [...] serão ciências auxiliares da ciência jornalística autônoma e particular” (GROTH, 2006, p. 188). Como parte desse esforço, a proposta é considerar que a produção de sentido, a significação do mundo e a intervenção na construção social da realidade residem no interior da ciência jornalística e contribuem para a compreensão da finalidade dos jornais na totalidade das criações humanas (GENRO FILHO, 1989).

A questão, hoje, é que o jornalismo se vê confrontado pelas sobras (SANTAELLA, 2008) – aquilo que não alcança o estatuto de acontecimento jornalístico – que restam de semioses da notícia processadas nos parâmetros aqui caracterizados. As sobras estão também representadas por signos que circulam nas redes sociais digitais, com sentidos sem a ingerência direta do jornalismo, projetando a sua crise atual. A semiose da notícia tradicional é posta em xeque e a sobrevivência do jornalismo na semiosfera contemporânea depende de se – e como – vai enfrentá-la em termos de produção de sentido sobre o mundo.

Referências

BENETTI, M. O jornalismo como gênero discursivo. **Galáxia**, São Paulo, v. 8, n. 15, p. 13-28, jun. 2008.

BERGER, C. O conhecimento do jornalismo no círculo hermenêutico. **Brazilian Journalism Research**, Brasília, v. 6, n. 2, p. 17-25, 2010.

BERGER, P.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**. Tratado de Sociologia do Conhecimento. Petrópolis: Vozes, 1983.

CHARAUDEAU, P. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2006.

COLAPIETRO, V. **Peirce’s approach to the self**: A Semiotic perspective on human subjectivity. Albany: State University of New York Press, 1989.

____. **Glossary of Semiotics**. New York: Paragon House, 1993.

____. The Routes of Significance: Reflections on Peirce's Theory of Interpretants. **Cognitio**, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 11-27, jan./jun. 2004.

CORREIA, J. **O admirável Mundo das Notícias: Teorias e Métodos**. Covilhã: UBI/LabCom, 2011.

DELEUZE, G. **A Lógica do sentido**. São Paulo: Perspectiva, 1998.

ECO, H. **A Theory of Semiotics**. Bloomington: Indiana University Press, 1976.

____. **The Role of the Reader: Expositions in the Semiotics of Texts**. Bloomington: Indiana University Press, 1979.

GENRO FILHO, A. **O segredo da Pirâmide**. Porto Alegre: Tchê, 1989.

GROTH, O. **O poder cultural desconhecido: fundamento da Ciência dos Jornais**. Petrópolis: Vozes, 2011.

HABERMAS, J. **Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HENN, R. C. **Pauta e notícia**. Canoas: Ulbra, 1996.

____. O acontecimento em sua dimensão semiótica. In: BENETTI, M; FONSECA, V. **Jornalismo e Acontecimento: mapeamentos críticos**. Florianópolis: Insular, 2010. p. 77-93.

____. O acontecimento jornalístico a partir da semiótica de Peirce. Entrevistadores: Andriolli Costa e Ricardo Machado. **Revista IHU On-Line**, São Leopoldo, ano 15, n. 457, 27 out. 2014. Disponível em: <http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5750&secao=457>. Acesso em: 16 jan. 2015. Não paginado.

LOTMAN, Y. **A Estrutura do Texto Artístico**. Tradução de Maria do Carmo Vieira Raposo e Alberto Raposo. Lisboa: Estampa, 1978.

____. **La semiosfera**. Madri: Catedra, 1996.

LOTMAN, Y.; USPENSKII; B.; IVANÓV, V. **Ensaio de Semiótica Soviética**. Lisboa: Horizonte Universitário, 1981.

MACHADO, I. **Escola de Semiótica: A experiência de Tártu-Moscou para o Estudo da Cultura**. São Paulo: Ateliê, 2003.

MEDITSCH, E. Jornalismo como Forma de Conhecimento. **Intercom - Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, São Paulo, v. 21, n. 1, p. 25-38, 1998.

MEDITSCH, E.; SPONHOLZ, L. Bases para uma Teoria do Jornalismo 2.0. In: GROTH, O. **O poder cultural desconhecido: fundamento da Ciência dos Jornais**. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 9-25.

OEHLER, K. An Outline of Peirce's Semiotics. In: KRAMPEN, M.; OEHLER, K.; POSNER, R.; SEBEOK, T.; UEXKÜLL, T. (Ed.). **Classics of Semiotics: Topics in Contemporary Semiotics**. New York: Plenum Press, 1987. Cap. 1, p. 01-22.

OLIVEIRA, F. M. de. **Produção da notícia e movimentos sociais: processos de produção no Jornalismo**. 2012. 286f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) -- Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), São Leopoldo, RS, 2012a.

_____. F. M. de. **A semiose da notícia em ambiente de crise: movimentos em rede e mediação na semiosfera contemporânea**. 2016. 205f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) - Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), São Leopoldo, RS, 2016.

OLIVEIRA, F. M. de; HENN, R. Journalism, social networking and global occupation movement: a systemic crisis in contemporary semiosphere. **Brazilian Journalism Research**, v. 10, n. 1, p. 40-57, 2014.

PEIRCE, C. S. **The Collected Papers of Charles Sanders Peirce**. Past Masters, CD-ROM. EUA, IntelLex Corporation, 2002.

QUÉRÉ, L. Entre facto e sentido: a dualidade do acontecimento. **Trajectos - Revista de Comunicação, Cultura e Educação**, n. 6, p. 59-76, 2005.

RESENDE, F. **O olhar às avessas: a lógica do texto jornalístico**. 2002. 239f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2002.

RODRIGUES, A. D. O acontecimento. In: TRAQUINA, N. **Jornalismo: teorias, questões e histórias**. Lisboa: Veja: 1993. p. 27-33.

SANTAELLA, L. **O que é Semiótica**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

_____. **A Teoria Geral dos Signos: como as linguagens significam as coisas**. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

SROUR, R. H. **Modos de Produção: elementos da problemática**. Rio de Janeiro: Graal, 1978.